

URBANISMO CONTEMPORÂNEO - APORTES TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E NOVAS FIGURAS CONCEITUAIS PARA A AMÉRICA LATINA

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa

Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Universiteit Katholieke Leuven

Nadia Somekh/ Bruno deMuelder

queirozeliana@outlook.com

RESUMO

O artigo parte de uma revisão teórico-conceitual dos elementos que compõem a interpretação contemporânea do urbanismo, de forma a introduzir a discussão seus aportes teóricos – forma urbana – e metodológicos – desenho urbano e projeto urbano. Tem como objetivo a elaboração de figuras conceituais que representem e expliquem a materialização das cidades latino-americanas, que, como apontou Waisman (2013), carecem de aportes teóricos próprios, recorrendo aos aportes do Hemisfério Norte, muitas vezes inadequados ao lidar com nossa peculiar realidade sociocultural e material, baseada na figura da Espontaneidade.

Inicialmente, recorre-se às diferentes interpretações acerca da disciplina, através da revisão da História, Teoria e Crítica. Posteriormente, apresentam-se figuras conceituais, propostas como elementos mediadores entre a teoria e a prática do urbanismo em sua origem – aqui europeia – e a realidade da materialização das cidades brasileiras.

Palavras – chave: Urbanismo Contemporâneo, Forma Urbana, Projetos Urbanos

ABSTRACT

The paper revises the contemporary urbanism's theory and concepts as means of introducing its theoretical and practical approaches – urban morphology and urban projects. The main goal is to construct new concepts which represent and explain the latin-american cities's materialization, which as pointed by Waisman (2013), lack of theorization of their own, relying on Northern Theory, many times not appropriated to the peculiar urban conditions socio cultural and materiality faced by southern cities. First we discuss the different interpretation of the discipline by means of Historic, theoretical and critical revision. In the conclusion, some conceptual figures are proposed, as mediating elements between theory and practice of urbanism in its European origin and the reality of Latin American cities.

Key words: Contemporary urbanism, Urban form, Urban projects.

URBANISMO CONTEMPORÂNEO - APORTES TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E NOVAS FIGURAS CONCEITUAIS PARA A AMÉRICA LATINA.

1 INTRODUÇÃO: SOBRE URBANISMO

Não há consenso sobre a origem do Urbanismo como disciplina. Muitos autores atribuem sua criação ao século XIX, como um campo científico criado com a finalidade de dar resposta aos desafios crescentes da cidade industrial europeia (Campos, 2002; Choay, 2011; Calabi, 2012).

Outros autores, entretanto, consideram que, como disciplina Prática, Teórica e Histórica, o Urbanismo existe desde muito antes e podem ser consideradas como desse campo as práticas de organização físico-territorial da Polis gregas, a metodológica expansão urbana observada no Império Romano - baseada na construção de uma rede de cidades e de infraestrutura de caráter urbano -, a forma de organização dos burgos medievais, que evoluíram para as Cidades Estado Modernas; e que por sua vez foram modificadas pela arte Barroca, com a abertura de grandes praças e eixos visuais; as fantásticas criações citadinas da América Ibérica, sem contar as experiências de civilizações não ocidentais (Reis, 2006; Secchi, 2006).

Para os autores que possuem a visão estrita do Urbanismo como disciplina Científica, todas as experiências acima citadas fariam parte do que é chamada "arte de fazer cidade" ou "arte urbana" (Calabi, 2012), que por sua vez possui outro significado na contemporaneidade, empregando uma acepção de simplista Fato Histórico para esses acontecimentos urbanos, empurrando-os para a Disciplina da História, desconsiderando o fator projetual e intencional das experiências citadas.

O presente trabalho se aproveita dessa discussão para realizar uma necessária revisão das denotações e definições, a fim de direcionar o leitor para os conceitos com os quais aqui se pretende trabalhar, ao tratar do Urbanismo Contemporâneo.

Identificamos que as diferentes definições e acepções do termo dependem também da origem e orientação profissional de seus autores.

Em países anglo-saxões, por exemplo, o Urbanismo como disciplina se associa às disciplinas de Gestão e Administração, com estreitas relações – inclusive miméticas – com o campo do Planejamento Urbano (Antonucci, 2006). Em outros, como Portugal, a disciplina encontra-se ligada aos cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Arquitetura Paisagista, não fazendo parte do currículo formal de nenhuma, possuindo, portanto, um caráter multidisciplinar permeado por conflitos. Na França, um dos raros países em que o Urbanismo constitui-se em um curso independente, a disciplina tem como principal base a Sociologia Urbana, aliada aos métodos Projetuais da Arquitetura. Na Itália e na Espanha, constituindo campo autônomo, especialmente no âmbito da pós graduação, a Disciplina associa-se à Arquitetura, daí a importância dos estudos do campo da Morfologia Urbana e da cidade em sua acepção formal.

No Brasil, e especificamente em São Paulo, a disciplina chegou, ou foi trazida, aliada à Engenharia - ligada a obras urbanas - e ao Direito - ligada às regulações urbanas. Posteriormente, com a criação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo – autônomos dos cursos de Engenharia e de Belas Artes -, a disciplina ganhou força em seu caráter projetual, inicialmente com importante influência dos postulados do Urbanismo Moderno, sob a égide dos CIAM e da Carta de Atenas e estreita relação com a figura promotora de Le Corbusier (Campos, 2002).

Exatamente por se tratar de uma Disciplina híbrida, cuja origem do pensamento e a prática da ação podem remeter a diferentes outras Disciplinas, dependendo da origem do autor e de sua orientação profissional, pode assumir caráter de História, Teoria, Crítica. O presente trabalho se apropria de Waisman (2013), ao entender que História, Teoria e Crítica são três modos interlaçados de refletir sobre Arquitetura e Urbanismo, diferenciando-se através dos métodos.

História, para a autora, é uma descrição crítica da sucessão de fatos – que no caso da Arquitetura e Urbanismo se apoiam em objetos construídos, ou seja, na materialidade do fato histórico -, apoiada na atitude histórica, narração, organização e sistematização da arquitetura e do urbanismo do passado. Já a Teoria é um sistema de pensamento por meio do qual se

organiza um conjunto de proposições lógicas, partindo do objeto. Nesse caso o material – e aqui o material urbano – é a base da reflexão teórica, que provém de realidade factual, podendo assumir a forma normativa, poética e filosófica. A Crítica lida com o presente, a identificação de novas técnicas, avaliação e interpretação de novos acontecimentos, propondo reflexão, baseando-se na atitude crítica, cuja função é emitir juízos interpretativos e explicativos.

Identificar essas origens, no contexto do presente trabalho, é também importante para balizar os aportes teóricos e críticos do presente, quando se trata do Urbanismo Contemporâneo.

Assim, para não incorrer em possíveis equívocos de interpretação, os autores revisados serão divididos de acordo com sua origem e atuação dentro desses possíveis campos – História, Teoria e Crítica, que muitas vezes se entrelaçam. Não se pretende aqui esgotar a revisão, apenas levantar definições que nos ajudem a compreender as origens das - muitas vezes contrastantes - interpretações do Urbanismo na contemporaneidade.

Num primeiro momento foram levantados os textos seminais de autores europeus, de modo a introduzir a disciplina sob esse ponto de vista. Posteriormente apresentaremos alguns textos de autores brasileiros, de modo a introduzir como a disciplina foi e é interpretada no nosso contexto. Damos preferência a autores paulistanos, tratando do urbanismo na capital e no estado, entendendo que o universo do urbanismo brasileiro não se esgota nesses autores, mas que se faz necessário nos atermos ao objeto e estudo de caso propostos. Os autores e seus respectivos textos serão apresentados divididos entre os temas História, Teoria e Crítica, em ordem sequencial cronológica da sua edição em Português¹, para que, posteriormente se apresente uma breve definição própria que norteará as análises dos capítulos posteriores.

2.1 O Urbanismo Contemporâneo de acordo com os autores europeus.

Foram utilizados, no contexto europeu, Choay (2011) e Calabi (2012) representando o campo da História; Argan (2005), Portas (2007 ; 2011; 2011), Secchi (2006) e Ascher (2010) do campo da Teoria, e Bourdin (2010) representando a Crítica.

Choay (2011) e Calabi (2012), autoras europeias cuja pesquisa se apoia no campo da História, propõem panoramas de evolução histórica da disciplina, ressaltando o contexto do desenvolvimento de seus métodos ao lidar com a teoria e prática da materialização das cidades.

Ambas entendem a disciplina sob a visão da ação, tendo no Urbanismo o modo de resolver o problema do planejamento e suporte da expansão das construções, proposta de organização futura através de trabalho artístico, instrumento de projeto e organização das cidades.

Em relação ao urbanismo contemporâneo, Choay (2011) destaca a figura da Participação como dominante, em oposição à Determinação que foi protagonista em épocas passadas. Já Calabi (2011) destaca o papel da disciplina no regulamento das competências das esferas públicas e privadas e ressalta o caráter dos instrumentos de projeto e organização do espaço físico urbano, capaz de traduzir-se em ciência política. Finalmente, a autora destaca as figuras da Descentralização e Flexibilização como forma de lidar com a incerteza, dentro de quadros jurídicos definidos e objetivos coletivos pré-estabelecidos.

Para Argan (2005), a disciplina não pode ser apenas analítica, tem como objetivo a mudança de uma situação urbana reconhecidamente insatisfatória. O autor ressalta as

¹ A ordem sequencial cronológica foi estabelecida a partir da edição em Português e, na ausência dessa, na edição da língua original. Entende-se que a ordem cronológica proposta não altera o argumento aqui apresentado, baseado na apresentação de aportes dos campos da História, Teoria e Crítica. Para o entendimento do argumento essa ordem sim deve ser mantida.

componentes do Urbanismo baseadas nos materiais da cultura precedente e estética, na medida em que determina formas, apoiando-se no ato de Projeto, tendo como método o desenho do Processo, destacando a importância da definição da implantação, além de destacar o papel do Urbanista como administrador de valores urbanos e diretor da composição do espaço visual da cidade, entendido como estrutura material, ou materialidade.

Portas (2011) afirma ser a base material e morfológica a mais apropriada para realizar a síntese dos diferentes saberes da cidade. Discute o papel da disciplina, tendo na arquitetura o elemento que dá resposta à natureza do contexto, frente ao avanço da tecnocracia no Urbanismo. Apresenta o desenho como mediação entre o todo (síntese) e os modelos setoriais (disciplinas), como processo que guia a materialização. Destaca o Arquiteto como operador das estruturas significantes do urbano, e ressalta a figura dos Sistemas Geradores através de Meta-projetos, ou Projetos de Projetos, que se transformam em Meta-Desenho quando confrontado com o contexto, refutando a figura do Improviso, ou Espontaneidade. Entende a cidade como obra, a partir dos elementos estruturais da forma e ressalta o vazio como elemento estruturante articulador de morfologias. Ressalta a flexibilidade estruturante da malha e a relação entre elementos estáveis e elementos adaptáveis, forma como processo, tendo no desenho a contribuição teórica e histórica da disciplina para a materialização, que deve ser realizada mediante projeto.

Secchi (2006) também ressalta os materiais urbanos como base fundamental para a disciplina, explicando a crise atual pelo seu afastamento do campo do desenho. Atribui ao campo do Urbanismo a tarefa de orquestrar as transformações urbanas, destacando o Plano articulador – não apenas definidor ou regulador – como a ferramenta contemporânea capaz de lidar com a incerteza, o processo, a participação, as atuações em diversas escalas e a forma física, ou seja, a materialidade dos processos, sendo o projeto o método e elemento mediador, experimental e manipulador da forma. O Urbanismo contemporâneo, a partir da crítica e da descrição parte para a criação de novas figuras. Tem caráter experimental, propõe negociação entre diferentes materiais urbanos, tendo no espaço público seu principal elemento mediador.

Ascher (2010) entende que a materialização se estabelece a partir de necessidades e exigências ligadas aos avanços tecnológicos e tem nos Projetos elementos mediadores de soluções locais, deflagradores de consensos parciais locais. Oferece a sequência metodológica de visão estratégica, os planos reguladores e projetos locais como método para a materialização.

Bourdin (2010) parte da desconstrução das noções vagas que acompanha o Urbanismo Contemporâneo, indicando um Urbanismo de Regulação, em oposição ao Urbanismo da Ordem. Levanta as figuras da oferta urbana, da governança e da coesão social e, para a materialização das cidades, indica a necessidade de criação de sistemas, dispositivos que associam objetos urbanos ao seu território.

Assim, entendemos que as referências que trazem aportes Históricos e Críticos apoiam o urbanismo da contemporaneidade nas figuras da regulação, direção – e não determinação –, a definição de competências entre os atores público e privado e o estabelecimento de quadros jurídicos e objetivos coletivos para a materialização das cidades.

Já os aportes Teóricos, complementam essa visão com a questão da conjunção de estratégias abrangentes e projetos locais como principais instrumentos metodológicos da disciplina, mediando soluções locais com base na estrutura morfológica, ressaltando o papel da malha, dos nós e dos vazios como elementos estruturantes, tendo nesse binômio Estratégia e Projeto, a base para a materialização das cidades.

Já a Crítica, representada por Bourdin (2011), ressalta a amplitude da noção de Projetos Urbanos, entendendo-os como instrumentos do urbanismo liberal, ressaltando a necessidade de aliá-los a figura da regulação – e não determinação - baseando-se nas ações de produção e captação de riquezas e recursos; de oferta urbana e de acesso à oferta urbana; de coesão social e da socialização; e de organização.

A figura do Projeto Urbano, entretanto, é unânime como método pertinente à disciplina do Urbanismo em sua atuação na materialização das cidades. Uma revisão as noções que o envolvem, portanto, será oferecida na sequência.

2.2 Urbanismo no Brasil: Passado E Presente.

Aqui se pretende discutir a construção da disciplina no Brasil, seus pontos de contato com a construção da disciplina no panorama da América Latina, através de aportes históricos provenientes de Gomes (2009), Campos Filho (2002), Reis (2006); críticos de Villaça(2001; 2012), Arantes, Vainer e Maricato (2000a; 2000b; 2000; 2001); bem como aportes teóricos baseados na observação da materialidade das cidades brasileiras.

O texto de Waisman (2013) será utilizado para balizar as leituras locais e internacionais, introduzindo importantes elementos e critérios para a construção e análise da Histórica, Teoria e Crítica no contexto latino americano, bem como introduzir os textos de Reis (2006) e Jacques (2001), importante contribuição metodológica para construção teórica a partir da observação da realidade da cidade brasileira.

A revisão da história e dos fundamentos da disciplina trouxe questões essenciais para o entendimento do Urbanismo no Brasil na contemporaneidade.

Campos (2002) traz a interpretação local do campo, a modernidade entendida como ação modernizadora incompleta dada através do Urbanismo, ressaltando as grandes questões do Urbanismo à brasileira: a questão fundiária e o liberalismo, tanto econômico quanto jurídico. O autor ressalta ainda, sob o mesmo argumento, a questão do ideário urbanístico como sendo articulador de programas de transformação como instrumento para a manutenção da situação político-social existente. Para ele, na história do Urbanismo Brasileiro, a dimensão social do discurso não se materializa.

Medrano (2009) e Almandoz (2009) ressaltam a construção teórica por não arquitetos, o afastamento da disciplina de seu caráter projetual, o avanço do aparato técnico em substituição ao desenho e o paradigma do “Desafio do Planejamento” (Almandoz, 2009), em oposição à simples preocupações arquiteturais.

Espinoza e Gomes (2009) apontam ao longo do século XX um processo de relativização dos avanços do campo do Urbanismo face os crescentes desafios impostos pela rápida urbanização.

Villaça (2001) baseia-se no caráter intrinsecamente desigual do espaço urbano, na medida em que se apoia nas noções chave localização (ponto) e acessibilidade (rede), que de certa forma condicionam a desigualdade da materialização das cidades brasileiras.

Já a Crítica como exemplificada por Arantes (1998) refuta o modelo de abordagem fragmentada representada pela figura do Desenho Urbano, como renúncia ao planejamento global e ao enfrentamento dos problemas reais da cidade.

Introduzido nos anos 1980 e 1990, o modelo do Planejamento Estratégico, que Maricato (2000) entende como equivalente ao Urbanismo Contemporâneo, mostra suas limitações e fantasias, muitas vezes deixando de abordar os reais problemas das cidades ao considera-las

mercadoria, empresa e pátria (Vainer, 2000a). Os críticos apresentam importantes aportes em relação às experiências de instrumentos e ideologia trazida de outros contextos e sua inadequação local.

Os teóricos, partindo da observação da realidade, trazem importantes – e opostos – aportes para a materialização das cidades brasileiras.

Reis (2006) aborda a lógica do projeto, dos espaços construídos e do modo de construí-los materialmente, preocupado com as dinâmicas que produzem os materiais urbanos. Destaca as diferenças entre a escala metropolitana e o Tecido Urbano – escala com a qual aqui se pretende trabalhar – abordando a apropriação do espaço urbano, a lógica de sua produção material e a lógica da propriedade, bem como o mapeamento das transformações recentes. Fundamenta seu argumento na maior fragmentação e segmentação dos espaços da metrópole, dentre eles as áreas de reconversão funcional, que entende como periferias internas.

Entende que a materialização nessas áreas segmentadas e nas periferias internas se dá através de novas modalidades de tecido urbano, sob a forma de empreendimentos imobiliários, em grande parte devido à questão fundiária – permitindo a incorporação imobiliária de grandes lotes industriais no processo de reconversão urbana – e ao surgimento de novas formas de organização privada da vida coletiva.

Reis (2006) oferece um novo olhar sobre a morfologia contemporânea e levanta questões pertinentes em relação às novas formas do tecido urbano, propondo ir além da crítica que demoniza sua existência, mas oferecendo uma primeira abordagem teórica das mesmas, no campo dos estudos urbanos.

Jacques (2001), partindo de uma leitura de território tipicamente brasileiro – a favela –, oferece figuras e métodos de ação para o Urbanismo Contemporâneo, apoiando a materialização da cidade na figura da Espontaneidade de apropriações e sua observação como base para proposições do Urbanismo, baseada em co-criações, com papel de organizar fluxos, suscitar, traduzir e catalisar intenções, mediante vontade estética e técnica em Materialização parte Espontânea, parte Induzida ou Conduzida.

3 URBANISMO E OS APORTES TEÓRICOS: O CAMPO DA MORFOLOGIA URBANA.

Os autores revisados têm em comum uma preocupação acerca da materialidade da cidade, ao tratar do objeto do Urbanismo, entendendo-a como elemento de partida para a atividade projetual e propositiva.

A crítica ressalta a desigual relação entre os diferentes atores que produzem a cidade, mas nos oferece poucos insumos para a intervenção.

Entende-se aqui que o campo de conhecimento da Morfologia Urbana é importante para o entendimento da materialização das cidades, na medida em que fornece subsídios metodológicos para análise das preexistências, mencionadas como ponto de partida para as atividades teóricas e projetuais do Urbanismo contemporâneo.

A Revisão bibliográfica aqui apresentada conta com autores estrangeiros e brasileiros, com a finalidade de revelar o que são os materiais urbanos, quais são seus métodos, explorando as figuras da Forma Urbana, abordadas pelos autores como ponto de partida e objeto das transformações que o Urbanismo almeja em sua acepção prática.

3.1 Forma Urbana

Para melhor entender esses aportes, levantamos a tese de doutorado de Antonucci (2006) que traz o entendimento da morfologia como a ciência que estuda as formas, interligando-as aos fenômenos que lhe deram origem. Elabora um apanhado sobre poucos estudos sobre morfologia urbana no Brasil, apesar de sua importância no contexto da estruturação do pensamento urbanístico posterior ao pensamento modernista, recuperando o percurso da morfologia urbana enquanto conceito e método para elaboração de metodologia analítica da materialização das cidades.

Retoma os fundadores (Conzen, na Inglaterra, e Muratori, na Itália) revisando a evolução dos estudos no campo da morfologia e as diferentes escolas – Inglesa, Italiana, Francesa, Catalã e Portuguesa – que desenvolvem os conceitos e métodos da análise da forma como lógica da evolução das relações sociais. Entende que o nascimento do campo da morfologia urbana está atrelado à crítica ao urbanismo moderno – desvinculado do contexto, ou seja, da forma – e ao afastamento das disciplinas técnicas e teóricas no campo do Urbanismo. A autora, partindo da revisão das diferentes escolas extrai lições válidas para o contexto brasileiro.

De Muratori extrai as lições provenientes do estudo dos tecidos urbanos: a dependência do tipo e o tecido urbano, do tecido urbano e a estrutura urbana; e a estrutura urbana e sua dimensão histórica; desenvolvendo, assim, o método de reconstituição tipológica como base da atividade projetual, testado na restauração do centro histórico de Bolonha.

De Argan extrai o método da história como síntese de interpretação formalista.

De Rossi extrai a importância da tipologia, a estruturação da cidade e seus elementos, a questão do *locus*, ou sítio, o estudo dos fatos urbanos em si mesmos e a permanência do tipo como elemento estruturador, definindo dois elementos urbanos: os monumentos, esfera pública; e as áreas residenciais, tecido básico, composto por tipologias arquitetônicas pensadas na lógica da repetição, onde cada tipologia se dá em função de uma certa morfologia, relacionada e estruturada pelos espaços públicos.

De Aymonino extrai a revisão do tipo, entendido não como elemento, mas como categoria, de forma a identificar relações entre forma urbana e escala de edifícios: na primeira as formas assumem elementos objetivos e historicamente precisos, na segunda as relações assumem caráter de imagens, onde o monumento se encontra com o cotidiano.

Da escola francesa, através dos trabalhos de Panerai, Depaule, Demorgon, extrai a importância do cadastro e os elementos de análise urbana, entendidos como “*lugar teórico do projeto*” (ANTONUCCI, 2006). De acordo com essa escola, no parcelamento, na trama (sistema viário) e nas constantes tipológicas estão as chaves para o entendimento e análise da forma.

Da escola catalã, cuja evolução teórica se deu baseada na transformação da cidade de Barcelona – particularmente importante para o presente trabalho – extrai a reflexão da morfologia como exercício crítico-teórico do próprio Urbanismo, como elemento que baseia a atitude propositiva.

Sobre os poucos estudos sobre morfologia urbana no Brasil, a autora revisa alguns trabalhos importantes.

Primeiro o quadro urbano proposto por Reis (1968), no qual se entende a independência da arquitetura e das estruturas urbanas;

As propostas de Del Rio no livro “Desenho Urbano no Brasil” (1982) acerca dos quatro temas pertinentes ao campo da morfologia: o crescimento urbano, o traçado e o parcelamento; as tipologias de elementos urbanos e as articulações.

As propostas de Candido Malta Filho (1988), que entende os tecidos como resultado de interação entre o poder público e privado, definindo os tipos de tecido paulistanos como (1)

bairros isolados de posição periférica; (2) centralidade linear, fruto de cruzamento de duas grandes linhas de acessibilidade; (3) manchas resultado de projeto urbano sob o conceito de cidade jardim; e (4) centralidades não linear, como manchas urbanas de uso diversificado.

A revisão proposta pela autora nos leva às escolas Catalã e Portuguesa – que nascem apoiadas nas questões contemporâneas – como mais adequadas para tratar da operação da materialização das cidades. Dentre os autores que se propõem a contribuir ao campo da morfologia urbana como base para a atividade projetual levantamos Manuel de Sola Morales e José Llamas.

Llamas, no trabalho “Morfologia urbana e o Desenho da cidade” (1993) traz como argumento a necessidade de ampliar o conhecimento dos processos histórico-cultural de formação das cidades como base da atividade projetual, tendo na reflexão acerca das formas urbanas um dos objetivos do Urbanismo contemporâneo, dada pela contribuição do arquiteto urbanista a possibilidade do desenho e a sensibilidade ao sítio.

O autor argumenta que as formas físicas do espaço – materialidade – é uma realidade da qual um número de fatores emerge, entendendo as condições socioeconômicas da produção do espaço – materialização – refletidas na forma. São as formas arquitetônicas que melhor refletem, segundo o autor, as dimensões culturais de uma cidade, na medida em que são frutos de teorias e estéticas arquitetônicas e urbanísticas.

O autor entende que no campo do Urbanismo há uma questão da coexistência de diferentes escala, sendo necessidade de uma escala intermediária entre as regulações no nível do planejamento urbano e as construções - arquitetura – que deve emergir do desenho urbano.

A morfologia urbana, portanto, é o estudo das formas urbanas e dos fenômenos dos quais ela emerge, a explicação da paisagem urbana e de sua estrutura, realizada através de elementos de leitura. Esses elementos de leitura são um modo de selecionar, organizar, valorizar e estruturar materiais urbanos. São eles: O solo (o pavimento); os edifícios (o elemento mínimo), o quarteirão, a fachada (o plano marginal), o Logradouro; o Traçado (a rua); a Praça; o Monumento e a Vegetação.

As diferentes formas urbanas são resultado das diversas combinações, posicionamento, organizações e ligações desses elementos. A forma urbana surge assim como solução de um problema colocado pelo contexto, sendo materialização de aspectos funcionais, organizacionais e quantitativos (como densidades, fluxos, dimensões, funções) e de aspectos Qualitativos (conforto) e figurativos (estética).

Manuel de Solà-Morales em “As formas de crescimento urbano” (1997) traz importantes aportes metodológicos para o projeto urbano partindo de lógicas e elementos do campo da morfologia, relacionando a forma física - materialidade – das cidades aos conteúdo sociais e econômicos e atribui à leitura dos materiais urbanos a matéria substancial da teoria do urbanismo. O autor aborda as tendências dos estudos urbanos baseadas no pensamento do desenvolvimento capitalista – a crítica marxistas e o historicismo liberal – que não consegue evitar certo determinismo social que priva o processo urbanizador - a materialização - de autonomia, reduzindo-o a grandes processos sociais determinados, distorcendo – e não orientando – a lógica projetual do crescimento urbano.

Propõe então uma explicação estrutural mais completa acerca da forma das cidades, nas suas partes e conjuntos, nos projetos e história, nas obras excepcionais e nas áreas banais, nos resultados e processos, reconhecendo a importância das formas infraestruturas independentes morfologicamente – em seu projeto, execução e funcionamento - de formas parcelares que configuram o desenho da cidade. Dessa forma, o conceito de morfologia deve se desenvolver distinguindo as formas de infraestrutura - baseadas na lógica de projetos – de formas de parcelamento.

O autor propõe então a tríplice conceitual da urbanização (no sentido da infra estruturação), parcelamento e edificação e suas combinações como elementos geradores da

forma urbana, cada uma sujeita a ideias e projetos próprias, com ritmos de execução e origens diversas.

Assim, para o autor, as formas urbanas exemplares nos mostram até que ponto é necessário o projeto, a ideia e a inovação no fazer cidade, ou seja, na materialização. Trata também da postura do urbanista, que aprende a tratar a topografia, a propriedade, a coexistência de formas controladas e formas indecisas, a acessibilidade e o tempo, principal material e objeto da construção das cidades. Entende o Projeto urbano como campo de discurso e campo de exercício do Urbanismo contemporâneo, como proposta de integração entre as formas urbanas e as formas arquitetônicas.

Vê os temas do urbanismo real nos novos parcelamentos existentes e formas atuais de promoção imobiliária, a ordem aberta trazida pelo movimento moderno e quase inexplorada pelo campo da morfologia e nas formas do edifício isolado, o projeto arquitetônico de grandes infraestruturas. Entende que a construção da cidade – sua materialização – se dá através da sequência e combinação de parcelamento, loteamento e edificação. As múltiplas formas de combinação dessas três lógicas no tempo e no espaço dá forma às cidades contemporâneas.

Antonucci (2006) entende que, de certa forma, as escolas apresentaram certo grau de generalização², elencando princípios comuns às diferentes escolas: o estabelecimento de elementos físicos fundamentais: edifícios (figura) e sua relação com espaços abertos (fundo), os lotes e as vias; o entendimento da forma em diferentes escalas: edificação e o lote; a rua e a quadra; a cidade; e a região; o entendimento histórico da forma a partir da transformação e substituição de seus elementos; e o estabelecimento de unidades, nas quais o todo deve responder a um mesmo período e ter os mesmos parâmetros de construção, ou ter passado pelo mesmo processo de transformação.

Em definição própria e particular ao contexto paulistano, a autora entende a morfologia urbana como campo que compreende a formação da cidade através da estrutura fundiária, dos processos de parcelamento, loteamento, criação de infraestrutura e ocupação por edificações (tipos). Entende que a estruturação das cidades brasileiras e a criação de sua paisagem urbana têm como variáveis definidoras a legislação e as tipologias de tecidos existentes, partindo de pressupostos fixos, como o sítio, os arruamentos e os parcelamentos; e variáveis, como a legislação e o mercado. Parte da tese de que as diferentes leituras da regulação urbana pelo mercado imobiliário alteram a paisagem definida. Assim, a combinação dos pressupostos fixos – sítio e sistema viário – aos variáveis – aplicação da lei – gera diferentes tecidos urbanos, tendo na legislação a promoção do quadro referencial da relação entre espaços públicos e privados, volumes construídos e áreas livres, os principais elementos urbanos, definidores da forma.

A autora define como tipos, no contexto paulistano, as configurações produtivas imobiliárias como condomínios fechados realizados pelas incorporadoras, conjuntos habitacionais pelo estado, produção rentista pelo pequeno empreendedor e a autoconstrução pelo restante da população, contando ou não com assistência técnica.

4 URBANISMO E O APORTE METODOLÓGICO: A FIGURA CONSTANTE DOS PROJETOS URBANOS.

Aqui se propõe a realização da revisão da noção de projetos urbanos, figura trazida pela maioria dos autores como o método de atuação da disciplina do urbanismo na materialização das cidades, estabelecendo uma noção com a qual se pretende trabalhar.

Como vimos nos autores revisados, a figura do projeto urbano é uma constante na contemporaneidade, seja nas proposições teóricas (Solà-Morales, 2003; Reis, 2006; Secchi, 2006; Portas, Domingues e Cabral, 2007 ; Portas, 2011; Portas, Domingues e Cabral, 2011),

² realizada a partir da criação do *International Seminar of Urban Form* (ISUF).

seja como alvo das críticas (Arantes, 1998; Vicentini, 2001; Bourdin, 2010), seja em interpretações mais livres de intervenções pontuais (Jacques, 2001; Vescina, 2009; Garcia, jan-abr/2008).

Apesar de constante, trata-se de uma noção de definições fluidas que se adaptam ao contexto e à necessidade de quem as formula. A presente seção revisa diversas noções de projetos urbanos, a fim de desenvolver a definição com a qual se pretende trabalhar, entendendo-a como elemento metodológico através do qual o Urbanismo Contemporâneo opera e, em teoria, conduz a materialização das áreas em reconversão de uso nas cidades.

A breve revisão nos traz alguns consensos. O conceito de Projeto Urbano apoia-se amplamente em estratégias mais abrangentes, de caráter pactual, em sequência metodológica não linear, abrangendo soluções estratégicas e ações pontuais, como grandes oportunidades de atualizações infra estruturais, sendo apoiadas em linguagem específica, o desenho urbano. Seu papel é coordenar, articular, sintetizar, conjugar, inter-relacionar e mediar, além de dar forma à materialização das cidades (Solà-Morales, 1997; Vicentini, 2001; Solà-Morales, 2003; Somekh e Neto, 2005; Secchi, 2006; Somekh, 2008; Ascher, 2010; Portas, 2011; Calabi, 2012; *Bilbao*, 2014).

Seus objetivos são trazer flexibilidade ao urbanismo em contexto de incerteza e adaptabilidade aos planos de acordo com mudanças conjunturais; oferecer um conjunto de futuros possíveis; estimular a autonomia local e a descentralização administrativa; criar novas centralidades; promover o desenvolvimento local, a diversificação e dinamismo econômicos; redefinir hierarquias urbanas e os sistemas de mobilidade; renovar; oferecer maior controle das variáveis; agenciar a transformação efetiva de áreas da cidade.

Seus métodos se baseiam na programação, no domínio da questão fundiária e na gestão compartilhada, no consenso coletivo e na participação através do envolvimento de diferentes atores, mediando conflitos através do desenho urbano.

O desenho urbano, por sua vez, é o instrumento de conhecimento interativo entre os diferentes atores, servindo como mediador de negociação e conflitos – quando introduzido como material de base para a participação cidadã –, gerador de atividades, conciliador de materiais urbanos existentes e novas situações, promotor de espaços simbólicos (como âncoras culturais e espaços públicos), construtor de determinações e perspectivas objetivas, indicador qualitativo da finalidade do processo de transformação, definindo e orientando intervenções físicas e garantindo a qualidade espacial (Solà-Morales, 1997; Vicentini, 2001; Solà-Morales, 2003; Somekh e Neto, 2005; Secchi, 2006; Somekh, 2008; Ascher, 2010; Portas, 2011; Calabi, 2012; *Bilbao*, 2014).

Após levantamento da literatura a respeito dos Grandes Projetos Urbanos, tanto no contexto do Hemisfério Norte quanto Latino-americano, trazemos uma definição própria a fim de orientar a construção de matriz teórica.

Assim, entende-se que Projetos urbanos se caracterizam por intervenções urbanas com objetivo de transformar áreas precisas das cidades, que alterando a estrutura material dessas áreas, estando relacionadas a uma estratégia mais abrangente e empreendendo efeitos multi-escalares, sendo que necessariamente (1) são de idealização pública, com objetivos que sejam de benefício coletivo e não privado; (2) estão ligados a um Plano ou Visão Geral para o território, sendo parte de uma estratégia que extrapola os limites físicos do projeto urbano em si, (3) envolvem mais de um lote, sejam públicos ou privados, (4) baseiam-se em desenho urbano; (5) promovem o uso misto, seja no mesmo lote, seja no fragmento urbano no qual intervém; (6) envolvem a promoção de espaços de uso coletivo, sejam públicos ou privados; (7) envolvem a construção de nova(s) edificação(ões); (8) são de coordenação/ gestão pública ou mista; (9) são diversificados, em termos dos grupos sociais atingidos e preferencialmente (10)

apresentam espaços de uso coletivo abertos ao ar livre, sejam público ou privados; (11) estão relacionados a grandes equipamentos de uso coletivo, sejam públicos ou privados (preferencialmente públicos); (12) apropriam-se de preexistências territoriais; e (13) não se utilizam apenas de recursos públicos, podendo contar com aportes privados de forma direta ou indireta.

Projetos Urbanos são diferentes de Projetos de infraestrutura urbana e áreas verdes (linhas de VLT e BRT, parques e praças, por exemplo); Conjuntos habitacionais – que são monofuncionais e não diversificados; e Empreendimentos imobiliários – que mesmo alcançando muitas vezes a escala do que aqui se chama de projeto urbano, não possuem objetivos ou diretrizes de benefício coletivo, mas sim privado (do incorporador e dos proprietários).

Essa distinção não quer dizer que o Projeto Urbano, na acepção do termo utilizada nesse trabalho, não possa se valer de lógicas testadas e aprendizados provenientes da experiência de realização de qualquer um dos três tipos de experiências elencadas acima e que, de certa forma, não deixe de incorporar esses mesmos tipos de projeto, em diferentes escalas de intervenção, dependendo de sua abrangência e complexidade.

5 O URBANISMO : CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, não existe consenso em relação a definição do Urbanismo como disciplina, encontrando-se assim definições e campos de atuação fluidos, adaptados às necessidades e tecnologias de cada tempo e de cada contexto. Argumenta-se que o Urbanismo, como disciplina de base científica, nasceu no Sec. XIX, mas se apropriou desde então de estratégias projetuais mais antigas da chamada “arte urbana” (Calabi, 2012) e das formas arquetípicas dos séculos anteriores das experiências e realizações - mesmo que parciais - renascentistas e barrocas. O Urbanismo na Europa pode ter sido desenvolvido no século XIX, mas existiu um urbanismo colonial nas américas e territórios conquistados, cuja observação, estudo e descrição se assemelha com a definição do urbanismo realizada pelos 'protomodernistas'. De certa forma, a organização sistemática das cidades coloniais espanholas e portuguesas precede ou antecipa o desenvolvimento da disciplina, como destaca Reis (1968).

Na América Latina, o Urbanismo em suas manifestações pós-coloniais, foi muitas vezes o campo através do qual se pretendeu demonstrar soberania, independência e modernidade, sem, entretanto, induzir ou apoiar-se em transformações sociais. A partir da segunda guerra mundial e se intensificando com a guerra fria, o campo foi se aproximando cada vez mais de técnicas burocráticas, legais e administrativas e afastando-se do desenho urbano e do projeto no âmbito da atuação pública. Caminho inverso ao percorrido pelo Urbanismo Europeu, que apoiou seu programa de reconstrução em grandes projetos de habitacionais, projetos de renovação e reconstrução dos núcleos urbanos destruídos, baseando essas estratégias em desenho e projeto, coordenados pela iniciativa pública, experiências das quais a teoria contemporânea se apropria, de modo a revisitar e reformular a figura do Projeto Urbano, tida como elemento metodológico da disciplina do Urbanismo desde sua “criação”.

O Destaque à continuidade da figura do Projeto Urbano no contexto europeu, partindo dos projetos modernos, sua crítica e, posteriormente, chegando à revisão dos conceitos na contemporaneidade – introduzindo as noções de flexibilidade, participação, consenso, etc – é importante para entender seus aportes conceituais, seus objetivos e métodos, bem como trabalhá-los no contexto local. As experiências de Projetos Urbanos modernistas na América Latina foram de caráter excepcional, não tendo sido o Projeto Urbano o elemento deflagrador da materialização das nossas cidades, ao contrário do que se deu no contexto europeu. A materialização das cidades Latino Americanas pelo contrário, deu-se de forma Espontânea, por um lado mediante quadro regulatório abstrato e genérico, e por outro excluída desse quadro, modo constantemente denominado como “informal”.

Fator de destaque é a questão da terra, matéria prima básica do Urbanismo. Nessas experiências europeias, desaparece a figura do lote e dilui-se a importância da propriedade privada. As experiências do pós-guerra permitiram o que Secchi (2006) chama de expansão do espaço aberto, diminuindo as “relações de cobertura”, que, através do modelo de projetos vigentes, possibilita a liberação da subdivisão da propriedade como fator condicionante do desenho urbano.

No caso do "transporte" dos conceitos modernistas para o Brasil isso não ocorre pois, à exceção de Brasília que já nasce concebida como um grande projeto urbano, não fomos liberados da subdivisão da propriedade como fator condicionante do desenho urbano. Pelo contrário, a propriedade é aqui o principal elemento da produção do espaço da cidade, fato visível mesmo onde a principal tipologia modernista – o edifício vertical – disseminou-se, como aponta Reis (2006). Aqui os edifícios verticais são o resultado formal da aplicação dos coeficientes e taxas – a linguagem cifrada do Urbanismo – à área e geometria do lote e as tendências do mercado imobiliário (Antonucci, 2006). No caso das tipologias contemporâneas, na forma de grandes empreendimentos imobiliários, essa certa determinação formal se dilui, dada as amplitudes dos lotes e a multiplicação das formas de organização privada dos serviços coletivos (Reis, 2006).

Ao se levantar a História, a Teoria, a Prática e, principalmente, a Crítica europeia e latino-americanas acerca do urbanismo, essas distintas experiências devem ser levadas em conta. Nossa interpretação dos conceitos e noções apresentados pelos urbanistas europeus muitas vezes desconsidera a importância da questão fundiária nos dois contextos, diferença crucial entre os diferentes contextos.

Sobre o Urbanismo contemporâneo, apresentam-se alguns consensos. Primeiro a questão da ruptura epistemológica contemporânea e seu decorrente impulso descritivo, em realidade que toma a dianteira da teoria, como ressalta Vicentini (2001). Segundo têm-se a crise – ou a sucessão de crises desde finais da década de 1970 – e incerteza que permeia a contemporaneidade, acarretando problemas de métodos, linguagem e escopo para as disciplinas ditas científicas (Ascher, 2010; Bourdin, 2010; Santos e (Org), 2010), processo do qual o Urbanismo não escapa. Mediante essas questões, os teóricos revisados apontam diversas abordagens para o futuro da disciplina como campo de atuação na materialização das cidades.

O presente trabalho parte do pressuposto de que urbanismo é um campo diferente do planejamento urbano, do direito urbanístico, da sociologia e geografia urbanas, entretanto nesses campos amplamente se apoia. Parte também do pressuposto de que a construção e o desenvolvimento das cidades nos contextos latino-americanos deram-se “apesar” dos preceitos Urbanísticos e não a partir do Urbanismo como campo de atuação.

Assim, aqui se esclarece que a presente pesquisa parte do pressuposto de que o Urbanismo é disciplina **pragmática**, que pressupõe **mudança**, alteração de uma situação atual para uma **situação futura**, através de um **projeto** como **instrumento metodológico**. O componente do desenho e do ato projetual, em variadas escalas e diferentes níveis e detalhamento, é o que determina a atuação propositiva da disciplina e sua contribuição para a materialização das cidades. Essa definição é essencial ao se tratar do seu instrumental, a ser explorado a seguir, bem como seu método de avaliação.

Nessa definição o **projeto**, aparece como **método de proposição** e também **investigação** para o campo do Urbanismo. É sobre a as bases conceituais do projeto como método que passamos a nos debruçar.

5.1 O Urbanismo, a materialidade e a materialização: uma introdução.

A **Materialização** das cidades, no contexto da presente investigação, entende-se pela somatória dos processos que envolvem o planejamento, projeto e a construção das cidades e sua forma - **materialidade** – resultante. Trata-se da concretização do quadro construído através das normas, dos processos econômicos e reprodução de práticas culturais.

Assim definida, a materialização pode se tratar dos processos de expansão urbana, no caso de cidades com forte pressão demográfica; ou de processos de transformação urbana desencadeados por transformações produtivas e mudanças nas dinâmicas urbanas, recorte esse, o das áreas em transformação – as periferias internas definidas por Reis (2006) –, sobre o qual o presente trabalho se debruça. Entendemos que nos contextos de expansão urbana a materialização se dá de forma mais espontânea, mediante avanços e movimentos do capital imobiliário por um lado (3)e, por outro, da população de baixa renda em sua maioria à margem do mercado de grandes produtores imobiliário. Notamos aqui a Figura da Espontaneidade.

Já a materialização das áreas urbanas consolidadas se dá por processos de substituição de tipologias, transformações que podem ser induzidas por instrumentos urbanísticos, Programas e Projetos Urbanos. Assim, apresenta-se a Figura da Indução.

No presente trabalho, cujo tema alia a materialização das cidades ao Urbanismo Contemporâneo aqui entendido como disciplina de caráter projetual, o aporte instrumental teórico que possibilita a abordagem dessa materialização é proveniente tanto da disciplina do Urbanismo, como dos campos da Morfologia Urbana e Paisagismo, apoiando-se nas noções de Forma Urbana e Paisagem Urbana, respectivamente como suportes para a interpretação do resultado morfológico do jogo de variáveis envolvidas na produção do espaço urbano, como resumido no esquema a seguir:

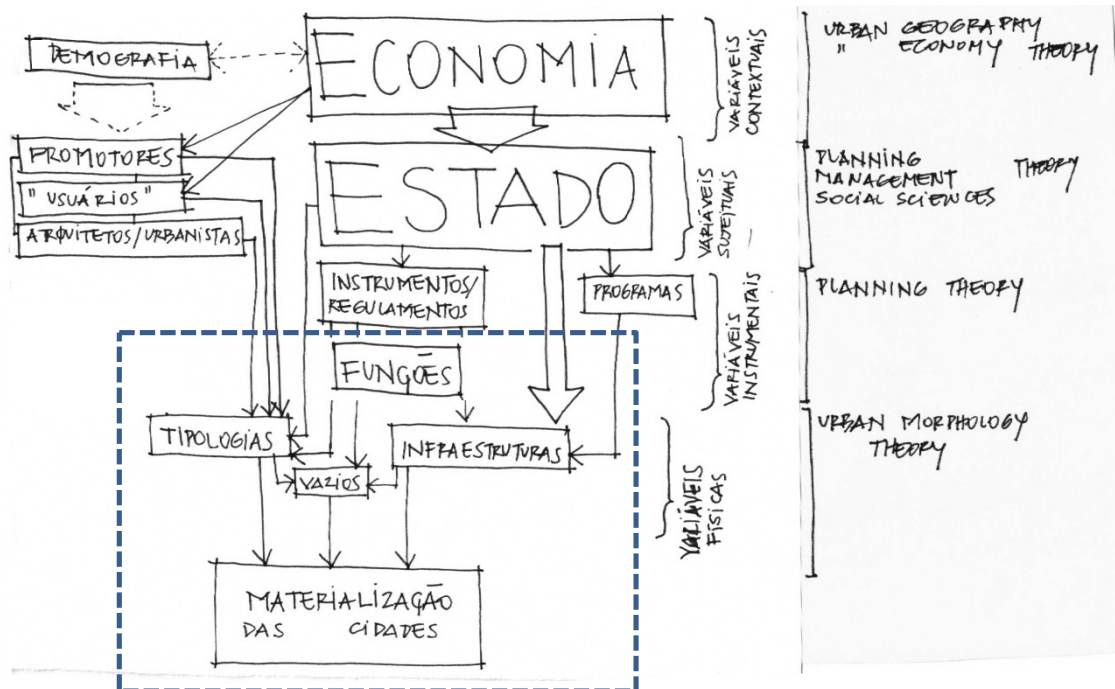


Figura 1. Matriz conceitual – tema e variáveis. Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

³ Como exemplo, temos o Programa Minha Casa Minha Vida propõe a solução da questão do atendimento da demanda habitacional da população de Baixa Renda via financiamento público de empreendimentos imobiliários, entretanto esse trabalho não pretende abordar essa experiência.

As variáveis que afetam diretamente essa materialização são os Tipos (figura), as Infraestruturas e os Espaços Públicos (fundo), enquanto elementos que se manifestam fisicamente no ambiente urbano, ou seja, materiais urbanos.

Esses, por sua vez são manipulados por diferentes atores, de forma direta – através da própria construção dos materiais em questão – ou indireta, através de instrumentos urbanísticos, alterando as funções, as características físicas dos tipos e as próprias regras de sua utilização, fatores que também afetam a forma. Essas variáveis por sua vez são dependentes dos contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e demográficos – referentes às condições materiais, cidade ou país.

Assim, entende-se que para além das variáveis físicas – componentes da forma ou materiais urbanos – influenciam a materialização das cidades variáveis instrumentais (legislação, normas), variáveis sujeito (atores operando direta ou indiretamente) e variáveis contextuais, mais estritamente dependentes do território (contexto) e da temporalidade (período) com a qual se trabalha.

A análise da materialização das cidades, ao focar-se nas variáveis físicas, lida indiretamente com as outras variáveis em cada período (temporalidade) e território (contexto), por se tratar de variáveis dependentes. Para possibilitar sua análise é necessário trabalhar com recorte histórico-temporal preciso, isolando as variáveis interdependentes no tempo.

A partir da construção da matriz acima, constatou-se que ao se utilizar a figura do Projeto Urbano, muitas dessas variáveis são manipuladas (Somekh, 2008). Dessa forma partiu-se para o desenvolvimento de novos esquemas, relacionando as figuras do Projeto-Forma versus Processo - Paisagem:

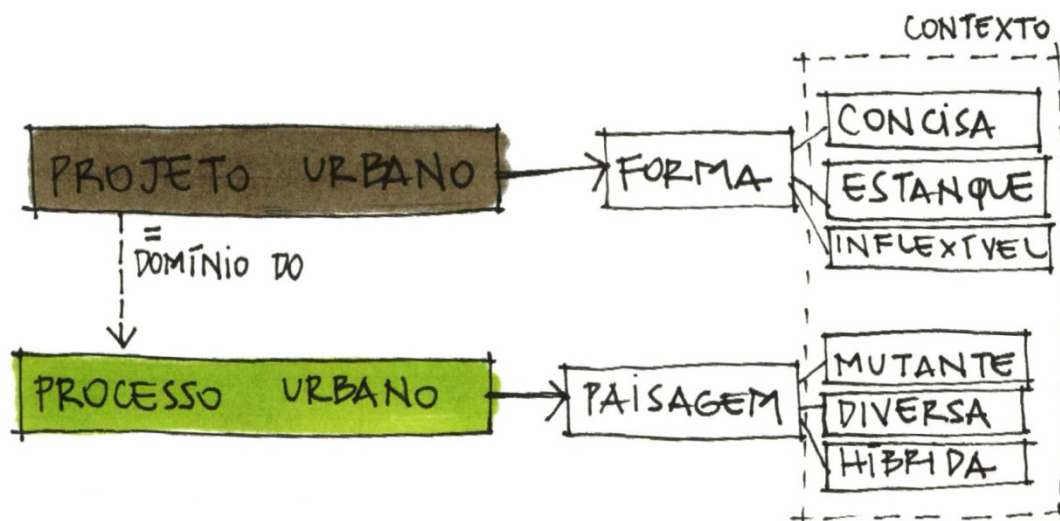


Figura 2: Relação Conceitos Projeto Urbano e Paisagem Urbana. Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

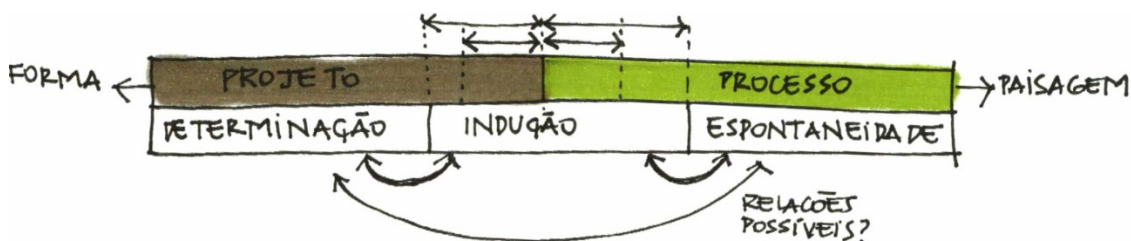


Figura 3: Relação dialética entre Projeto-Forma, Processo-Paisagem e as noções de Determinação, Indução e Espontaneidade. Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Para a discussão da relação entre Forma e Paisagem, Projeto e Processo, as noções a serem exploradas são Determinação, Indução e Espontaneidade, entendidas como figuras possíveis dentro de um contexto urbano delimitado, território de limites precisos, um fragmento urbano.

A noção de Determinação pressupõe que exista um controle das variáveis - físicas, instrumentais, sujeito e contextuais - de modo que a forma resultante é determinada a partir do Projeto. O proponente do Projeto, no caso o poder público, exerceria o controle sobre todas as variáveis a fim de alcançar materialidade pré-determinada. Muitas das experiências Europeias cujas noções de Projetos Urbanos têm como base materializações dessa espécie.

A noção de Espontaneidade pressupõe que não exista controle das variáveis na produção do espaço urbano por parte do poder público, aproximando-se assim a materialização da cidade à figura da Paisagem, figura dinâmica, mudando constantemente a partir da livre relação entre variáveis sujeito e contexto, alterando constantemente as variáveis físicas e ignorando as variáveis instrumentais. Nesse sentido, essa noção é a que mais se assemelha à visão da crítica sobre produção do espaço urbano no contexto brasileiro e particularmente no contexto paulistano, estando a materialização das cidades sendo realizada livremente pelos atores sujeito apesar das propostas - variáveis instrumentais - introduzidas pelo poder público.

A noção de Indução, entretanto, ocupa uma posição intermediária entre as opções possíveis para a materialização das cidades. Parte de um controle relativo sobre algumas das variáveis de modo a definir elementos indutores. Assim, Determina alguns elementos da Morfologia, deixando outros elementos para se transformarem Espontaneamente, promovendo a mudança da Paisagem ao redor da Forma. O desenvolvimento dessa noção é importante no contexto paulistano pois, como vimos, a experiência das Operações Urbanas mostra que a Determinação total da Forma Urbana, como previa a figura dos Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística (PRIOU), sofre resistência de alguns atores.

Assim, entende-se que no Projeto Urbano a manipulação das variáveis determina a Forma e que no Processo Urbano, mais flexível, situação em que as variáveis estão livres sobrepondo-se a agindo espontaneamente entre si, a espontaneidade das interações produz a Paisagem.

Entretanto, percebe-se que os limites entre Projeto e Processo não são necessariamente estanques e precisos. Esses limites são flexíveis, dependendo do contexto e das premissas de Desenho desses Projetos e Processos, na medida em que incorporam a Indução em detrimento da Determinação ou Espontaneidade. Além de limites imprecisos, através da dialética entre Projeto e Processo, podem-se estabelecer relações possíveis entre os dois conceitos, trabalhando simultaneamente as noções de Determinação, Indução e Espontaneidade. Um modelo de projeto urbano para a contemporaneidade na América Latina deverá, portanto, trabalhar essas figuras conceituais e suas afinidades, relacionando-as às políticas, estratégias e formas.

Essas figuras estabelecem um diálogo com a revisão conceitual apresentada nas sessões anteriores na medida em que entendemos que a figura da espontaneidade é que mais se aproxima do processo urbano e do urbanismo liberal brasileiro, como definido por Vainer, Arantes e Maricato (2000) e Campos (2002). O projeto urbano, o método próprio do urbanismo contemporâneo como defendem os autores revisados, aproxima-se da figura da Determinação. A figura da Indução se coloca como intermediária entre o projeto - representando o controle total das variáveis - e o processo - representando a liberdade das variáveis dentro de um marco regulatório - na medida em que certos elementos podem ser inseridos no processo de forma a controlá-lo em parte. A discussão sobre quais elementos são responsáveis pela aproximação entre as figuras de Processo e Projeto é a próxima etapa da pesquisa.

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão conceitual sobre o urbanismo contemporâneo, sua teoria e métodos, a fim de produzir novo aporte teórico para a disciplina, adaptável ao contexto latino-americano e, em última instância, brasileiro. Assim introduzidas, como conclusão dessa revisão conceitual que não se esgota em si, mas propõe-se a iniciar um novo programa de pesquisa acerca do urbanismo contemporâneo local, entende-se que o desenvolvimento de novas figuras conceituais como as noções de Espontaneidade, Indução e Determinação poderão ser elementos –chave para a construção de uma matriz teórica de origem brasileira.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almandoz, A., 2009. Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do segundo pós guerra, in *Urbanismo na américa do sul: circulação de ideias e constituição do campo*, eds. M.A.A.d.F. Gomes & (org). Salvador: EDUFBA.
- Antonucci, D., 2006. Morfologia e Legislação Urbana: São Paulo 1972/2002, in *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo* São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Arantes, O., 1998. *Urbanismo em fim de linha*, São Paulo: Edusp.
- Arantes, O.B.F., 2001. *Urbanismo em fim de linha. E outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*, São Paulo: EDUSP.
- Argan, G.C., 2005. *A História da arte como História da cidade*, São Paulo: Martins Fontes.
- Ascher, F., 2010. *Os Novos Princípios do Urbanismo*, São Paulo: Romano Guerra.
- Bourdin, A., 2010. *O urbanismo depois da crise*, Lisboa: Livros Horizontes.
- Calabi, D., 2012. *História do Urbanismo Europeu*, São Paulo: Perspectiva.
- Campos, C.M., 2002. *Os Rumos da Cidade - Urbanismo e Modernização Em São Paulo*, São Paulo: Senac.
- Choay, F., 2011. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, M.A.A.d.F. & (org.), 2009. *Urbanismo na américa do sul - circulação de ideias e constituição do campo*, Salvador: EDUFBA.
- Gomes, M.A.A.d.F. & J.C.H. Espinoza, 2009. Diálogos modernistas coma paisagem: sert e o Town Planning Associates na América do Sul, 1943-1951., in *Urbanismo na américa do sul: circulação de ideias e constituição do campo*, ed. M.A.A.d.F. Gomes. Salvador: EDUFBA.
- Jacques, P.B., 2001. *A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- LAMAS, J.M.R.G., 1993. *Morfologia Urbana e o desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. .
- Maricato, E., 2000. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento Urbano no Brasil., in *Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, eds. O. Arantes, C.B. Vainer & E. Maricato. Petrópolis: Vozes.
- Medrano, R.H., 2009. NOTAS SOBRE A AMÉRICA DO SUL NA HISTORIOGRAFIA URBANA BRASILEIRA., in *Urbanismo na américa do sul: circulação de ideias e constituição do campo*, ed. M.A.A.d.F. Gomes. Salvador: EDUFBA, 261-93.
- Portas, N., 2011. *A cidade como arquitetura*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Portas, N., Á. Domingues & J. Cabral, 2007 *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades.*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N., Á. Domingues & J. Cabral, 2011. *POLÍTICAS URBANAS II: transformações, regulação e projectos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reis, N.G., 2006. *notas sobre URBANIZAÇÃO DISPERSA E NOVAS FORMAS DE TECIDO URBANO, SÃO PAULO*: Via das Artes.
- Secchi, B., 2006. *Primeira Lição do Urbanismo*, São Paulo: Perspectiva.
- Vainer, C.B., 2000a. Pátria, empresa e mercadoria, in *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, eds. O. Arantes, C.B. Vainer & E. Maricato. Petrópolis: Vozes, 75-105.
- Vainer, C.B., 2000b. Uma Estratégia Fatal. A cultura nas novas gestões urbanas., in *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, eds. O.B. Arantes, C.B. Vainer & E. Maricato. Petrópolis: Vozes, 11-74.
- Villaça, F., 2001. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo: Fapesp.
- Villaça, F., 2012. Estatuto da cidade: para quê serve?, in *Carta Maior* São Paulo.
- Waisman, M., 2013. *O Interior da História*, São Paulo: Perspectiva.